



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**JULIANA MARIA PEREIRA DE AGUIAR**

**UMA ANÁLISE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE  
SOCIAL NO TERCEIRO SETOR**

**CAMPINA GRANDE**

**2014**

**JULIANA MARIA PEREIRA DE AGUIAR**

**UMA ANÁLISE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE  
SOCIAL NO TERCEIRO SETOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Noalda  
Ramalho

**CAMPINA GRANDE**

**2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A282a Aguiar, Juliana Maria Pereira de  
Uma análise do exercício profissional do Assistente Social no  
terceiro setor [manuscrito] / Juliana Maria Pereira de Aguiar. - 2013.  
28 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)  
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais  
Aplicadas, 2013.  
"Orientação: Profa. Dra. Maria Noalda Ramalho, Departamento  
de Serviço Social".

1. Serviço Social. 2. Exercício profissional. 3.  
Neoliberalismo. 4. Terceiro Setor. I. Título.

21. ed. CDD 361.3

JULIANA MARIA PEREIRA DE AGUIAR

**UMA ANÁLISE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL  
NO TERCEIRO SETOR**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 16/04/2014

**BANCA EXAMINADORA**

Maria Noalda Ramalho

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Noalda Ramalho  
Professora do Departamento de Serviço Social da UEPB  
**Orientadora**

Thereza Karla de Souza Melo

Prof.<sup>a</sup> Ms. Thereza Karla de Souza Melo  
Professora do Departamento de Serviço Social da UEPB  
**Examinadora**

Susana Tavares de Oliveira

Susana Tavares de Oliveira  
Supervisora do Estágio Supervisionado  
Assistente Social do Papel Marchê  
**Examinadora**

Campina Grande – PB

2014

A Deus, à minha família e a toda a categoria profissional de  
Serviço Social.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre me iluminar e fazer sua vontade em minha vida.

À minha família, em especial à minha mãe Josiane, que tanto lutou para me conceder uma educação de qualidade, com base na amorização e criticidade.

Ao meu pai, José Virgolino (*in memoriam*), que em sua simplicidade campesina me ensinou que o importante na vida é o “ser gente”.

Às minhas irmãs Isabela e Fernanda que sempre acreditaram em mim e me deram forças para seguir em frente.

À minha orientadora Noalda, uma profissional ética e comprometida com a qualidade na formação profissional, agradeço infinitamente por toda paciência e compreensão durante a fase de construção teórica deste trabalho.

À minha supervisora de campo, Susana Tavares, um ser humano e uma profissional inigualável, comprometida em sua integridade com o projeto ético-político da profissão, alguém por quem nutro uma profunda admiração, com quem aprendi que a teoria não se dissocia da prática, e que tornou o estágio ainda mais prazeroso, além de ter me proporcionado participar de momentos ímpares à minha formação, os quais não serão esquecidos, e a quem serei eternamente grata.

Agradeço imensamente aos membros da banca examinadora, nas pessoas de Noalda, Susana e Thereza Karla, por terem se disponibilizado a avaliar este trabalho.

Às assistentes sociais, Maria das Graças Macário e Fernanda Guedes, que me proporcionaram um processo de aprendizagem gratificante e enriquecedor, essencial à minha formação profissional.

À instituição Papel Marchê – Centro de Atendimento Educacional Especializado à Pessoa com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento, nas pessoas de Érika Mathias e Waldênio Dias, por lutarem na construção de um projeto que busca viabilizar a garantia dos direitos de seus usuários, proporcionando a estes um atendimento de qualidade, com uma equipe profissional de excelência.

Ao Grupo de Estudos Paulo Freire - GESPAUF da Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão - FURNE, em especial à pessoa do professor Cícero Agostinho, por toda contribuição e incentivo à constante busca pelo saber.

Às minhas colegas de turma, por todos os momentos de discussão empreendidos em sala e fora dela, os quais foram essenciais à minha formação.

E ao Departamento de Serviço Social da UEPB, em especial aos docentes com quem muito aprendi do pouco que sei.

“Sonha e serás livre de espírito... luta e serás livre na vida.”  
Che Guevara



## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o exercício profissional do assistente social no terceiro setor, considerando sua inserção neste recente espaço sócio-ocupacional como decorrente do Estado neoliberal, o qual se consolidou no Brasil na década de 1990, com as intensas privatizações empreendidas e a transferência das responsabilidades do Estado à sociedade. Para uma melhor compreensão da referida temática, realizamos, primeiramente, uma abordagem acerca da trajetória do Serviço Social no mundo e, de forma privilegiada, no Brasil. Em seguida, traçamos a origem do neoliberalismo até a contemporaneidade, de forma a situar a gênese do terceiro setor. A opção pela temática deu-se, a partir da experiência do Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social na instituição Desenvolver/ Centro de Atendimento Educacional Especializado à Pessoa com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento no município de Campina Grande – PB. O presente estudo configura-se como fruto de uma pesquisa de cunho bibliográfico, a partir de análises de materiais já elaborados, bem como livros e artigos científicos. A partir dessa reflexão, pudemos inferir a necessidade de haver profissionais que se comprometam, de forma efetiva, com o projeto ético-político do Serviço Social, de forma a buscar a constante capacitação teórica, política, técnica e operativa para, diante dos limites e possibilidades inerentes à sociedade capitalista, poder empreender ações que busquem a efetiva garantia de direitos, com vistas a uma práxis revolucionadora do real.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Exercício profissional. Neoliberalismo. Terceiro Setor.

## ABSTRACT

This article aims to analyze the professional practice of the Social Worker in the third sector, taking into account its insertion in the new socio-occupational space that came of the Neoliberal state, which was consolidated in Brazil in the 1990s, which the intense privatization undertaken and the transfer of responsibilities from the state to society. For a better understanding of that issue, we conducted an approach on, first, the trajectory of social work in the world and, as a priority, in Brazil. Then we trace the origin of neoliberalism to contemporary, in order to situate the genesis of the third sector. The choice of subject was, given from the experience of the Stage Supervised study in Social Work at the institution Desenvolver / Educational Center for Specialized Care for People with Disabilities and Pervasive Developmental Disorders in the city of Campina Grande - PB. The present study appears as the result of bibliographic, research from analysis of already developed material as well as books and scientific articles. From this reflection, we can infer the need for professionals who take part, effectively, with the ethical-political project of Service Social, to seek constant theoretical, political, technical and operational training, forward the limits and possibilities inherent in the capitalist society can undertake actions that seek effective guarantee of rights, with a view to a revolutionizing praxis of reality.

**Keywords:** Social Worker. Professional Practice. Neoliberalism. Third Sector.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>11</b>
<b>2 NEOLIBERALISMO E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES SOCIAIS.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 O Serviço Social no Terceiro Setor.....</b>	<b>19</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar a ação do Serviço Social no âmbito do terceiro setor, tendo como “mola” propulsora para o estudo da referida temática, o estágio realizado na instituição Desenvolver/Centro de Atendimento Educacional Especializado à Pessoa com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento, situada à Rua Giovani G. Gioia, de número 172, no bairro Cruzeiro, no município de Campina Grande (PB), a qual se constitui como o primeiro Centro de Atendimento Educacional Especializado do Estado da Paraíba, e que tem por mantenedora a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP - Papel Marchê.

O Centro conta atualmente com profissionais das áreas de Psicologia, Serviço Social, Fonoaudiologia, Pedagogia, Fisioterapia, Acupuntura, Pediatria, Psiquiatria Infantil, Terapia Ocupacional, Cardiologia, Neuropsicologia, Psicopedagogia, Clínica Geral, Ortopedia e estagiárias de Serviço Social e de Psicologia, além de manter uma parceria com a Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD para atender a pessoas com deficiência que requerem laudo médico e parecer social para aquisição da carteira do Passe Livre Interestadual e Intermunicipal e inserção no mercado de trabalho por meio das cotas para pessoas com deficiência.

A instituição ora mencionada tem como objetivo contribuir na socialização de crianças e adolescentes que possuem entre 0 e 18 anos de idade, os quais apresentam dificuldades no campo educacional. As demandas decorrem das redes de ensino regular, também pelas redes de proteção social básica e de serviços básicos de saúde, e por meio de órgãos de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Atualmente o Centro atende, em média, a 168 crianças e/ou adolescentes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, incluídas em 163 famílias que, em sua grande maioria, encontram-se em processo de vulnerabilidade social. O referido Centro oferece às pessoas atendidas, mecanismos para o seu desenvolvimento pessoal e educacional, como também facilita o seu convívio familiar e comunitário.

A pesquisa que realizamos para tal estudo foi de cunho bibliográfico e desenvolveu-se por meio da análise e reflexão acerca de material já elaborado, sendo este composto de artigos científicos e livros. Conforme Marconi & Lakatos (2001), a pesquisa bibliográfica

[...] trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações. (p. 43-44)

Nessa empreitada do estudo bibliográfico, consideramos a presença da profissão de Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, bem como sua atuação na produção e reprodução das relações sociais inerentes à sociedade capitalista. Além de considerar de grande significação o aprofundamento teórico acerca do exercício desse profissional à luz da teoria social crítica do real, isto é, do marxismo, paradigma essencial ao embasamento teórico na incessante busca pela efetivação da garantia dos direitos sociais, bem como na luta por uma sociedade emancipada, onde a justiça e a equidade prevaleçam.

Segundo afirmação de Almeida (apud MOTA, 2009, p. 399), “[...] a profissão, durante anos, se ocupou [...] de produzir informações e organizar processos em que a sua “prática” [...] pudesse se constituir em objeto de reflexão”. Para tanto, buscaremos realizar uma análise do terceiro setor como novo espaço de atuação do profissional de Serviço Social, uma vez que o mesmo originou-se, a partir de práticas neoliberais cada vez mais presentes na sociedade capitalista brasileira. Práticas estas baseadas num Estado mínimo, onde há uma considerável liberdade de mercado, desencadeando a desresponsabilização do Estado e uma conseqüente responsabilização da sociedade civil quanto à execução de serviços sociais da alçada governamental.

Portanto, é essencial compreender o trabalho do assistente social no âmbito do terceiro setor em articulação ao conhecimento acerca dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, de forma a propiciar uma intervenção profissional crítica na realidade social, como forma de possibilitar que se entenda o significado social da profissão, dentro de sua inserção nesse campo de atuação.

Logo, este estudo poderá contribuir, tanto para os próprios assistentes sociais do Centro de Atendimento Educacional Especializado avaliarem a sua ação profissional, como para a formação acadêmica de novos profissionais de Serviço Social.

## 1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

Para se compreender a intervenção profissional do assistente social no chamado terceiro setor, é primordial que se entenda, inicialmente, o significado social da profissão, enfatizando a sua historicização, desde a sua origem até os dias atuais, perpassando pela década de 1990, marco da consolidação do projeto neoliberal.

Segundo Iamamoto (2009c), a profissão caracteriza-se por ser uma especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão social e técnica do trabalho.

E, como bem afirma a referida autora:

A literatura recente sobre os fundamentos do trabalho profissional vem enfatizando a natureza qualitativa dessa atividade profissional, enquanto ação orientada a um fim como resposta às necessidades sociais, materiais ou espirituais (condensadas nas múltiplas expressões da *questão social*) de segmentos sociais das classes subalternas na singularidade de suas vidas [...] (p. 349, grifo da autora).

O seu início no Brasil foi marcado por aspectos, como o desenvolvimento do capitalismo, a influência da Igreja Católica e a importação de modelos europeus e norte-americanos para a atividade profissional. Tudo isso deixa nítido que o agir profissional estava, de forma hegemônica, direcionado para ações que visavam prioritariamente “amenizar” os efeitos das relações sociais desiguais sem, entretanto, questionar o sistema no qual se criam e reproduzem tais desigualdades.

Do final do século XIX, até o início da década de 1930, o Brasil tinha como modelo econômico vigente, o modelo agroexportador. Porém, já no início da Era Vargas (1930), há a falência desse modelo com a instauração da industrialização, o que provocou impactos significativos na produção e reprodução das relações sociais, incidindo, de forma direta, na questão social. Fenômeno este que teve seu

agravamento devido ao intenso processo de urbanização, o qual criou o ambiente propício à intervenção, cada vez mais latente, na questão social, tornando imprescindível a profissionalização do assistente social (NETTO, 1992). Portanto, faz-se necessário situar o processo histórico no qual se encontra inserido o referido profissional para, assim, compreender sua presente configuração na sociedade em curso.

Ao situar o Serviço Social na história, cabe destacar que sua gênese se deu na Europa, no final do século XIX, e a partir de sua aproximação com a Doutrina Social da Igreja, o que imprimiu à profissão um caráter humanista conservador de cunho assistencialista, levando-a a pensar a questão social como fruto de questões morais e religiosas. Estando, assim, vinculada ao ideário franco-belga de ação social, ao tomismo e ao neotomismo, sendo essas perspectivas filosóficas que embasavam a atuação junto à questão social (YAZBEK, 2000).

Contudo, apenas em 1936, foi que se deu início às escolas de formação de Serviço Social no Brasil (AGUIAR, 1985), tendo sido a primeira escola fundada em São Paulo pelo Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

A década de 1940 foi marcada pela aproximação do Serviço Social brasileiro com o Serviço Social norte-americano, este caracterizado pelo conservadorismo da teoria social positivista, o que desencadeou uma tecnificação do conservadorismo católico empreendido no período anterior (YAZBEK, 2000). Esta tecnificação, apesar de se caracterizar pelo cariz conservador, propiciou um caráter de cientificidade ao Serviço Social, tendo em vista que introduziu metodologias de trabalho como o desenvolvimento dos chamados Serviço Social de Caso e Serviço Social de Grupo.

Em 1946, foi criada a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS (PONTES, 2011). E em 29 de setembro de 1947, o primeiro Código de Ética do Assistente Social foi aprovado em assembleia pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais - ABAS, com destaque para a presença neste, do moralismo baseado nos dogmas da Igreja Católica.

A década de 1950 foi um período marcante para toda a sociedade e, em especial, para o Serviço Social, tendo em vista que essa fase foi marcada pelo desenvolvimentismo, isto é, o grande crescimento econômico, o que lhe coube a denominação de “anos dourados”. Desta forma, foi nessa conjuntura que se desenvolveu o Serviço Social de Comunidade, ainda sob influência do tecnicismo

norte-americano, com a contribuição da psicologia social, da sociologia e da pedagogia. Entretanto, cabe assinalar também, como destaque, nessa fase que mesmo a profissão tendo sido reconhecida pela Lei nº 3.252 de 27 de agosto de 1957, apenas em 15 de maio de 1962 é que esta veio a ser regulamentada pelo Decreto nº 994/62.

Até a década de 1960, a profissão estava fundamentada pelo conservadorismo, tradicionalismo e assistencialismo, o que marcou em 8 de maio de 1965 a instituição do novo Código de Ética do Assistente Social. No entanto, a partir de 1965, viu-se iniciado o Processo de Renovação do Serviço Social com o denominado Movimento de Reconceituação (JUNQUEIRA, 1980). O impulso para o referido Movimento ocorreu no I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre, em maio de 1965, com a presença de 415 participantes do Brasil, Argentina e Uruguai, sendo este Movimento composto por um elemento caracterizador essencial a esse processo de renovação, a laicização do Serviço Social, como bem afirma Netto (2009).

Permanecendo até 1975, esse Movimento, ao questionar a profissão, buscava reconstruir a face do Serviço Social no continente latino-americano, ao selar o compromisso com a luta das classes marginalizadas em vistas a uma efetiva transformação social. Para isto, também era preciso afirmar a ação profissional como científica, sendo essa afirmação efetivada, a partir da aproximação do Serviço Social à teoria marxista.

Porém, essa aproximação ficou restrita ao marxismo de manuais, o que desencadeou a deturpação do marxismo de fato, sendo, assim, denominado “Marxismo sem Marx”. Apenas com a obra de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho, “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, é que se verificou uma efetiva análise marxista, sendo esta pioneira no Serviço Social, tendo sido lançada, na primeira metade da década de 1980 (IAMAMOTO, 2009a).

Dentre o processo de renovação do Serviço Social, pode-se destacar a presença de três perspectivas distintas, a Perspectiva Modernizadora, a Perspectiva de Reatualização do Conservadorismo e a Perspectiva de Intenção de Ruptura.

A Perspectiva Modernizadora estava em conformidade com a proposta governamental autocrática. Assim, ela buscava, através de uma nova roupagem, a

superação das metodologias tradicionais do Serviço Social, como a de Caso, de Grupo e de Comunidade, porém, ainda com um cariz tradicional.

A Perspectiva de Reatualização do Conservadorismo, de base fenomenológica, não buscava discutir as causas das expressões da questão social, estando estas presentes na sociedade de classes. Assim, essa perspectiva propunha um novo fazer profissional, mas sem grandes mudanças sociais, estando em conformidade com as novas faces do conservadorismo e do catolicismo no Serviço Social.

Já a Perspectiva de Intenção de Ruptura destacou-se por buscar a discussão acerca da relação entre o Serviço Social e a sociedade capitalista, com o intuito de romper com o tradicionalismo na profissão e propor novas práticas baseadas na defesa das classes exploradas. Desta maneira, cabe salientar, também, as consideráveis contribuições, fruto das produções teóricas com base na teoria marxista, empreendidas pelos profissionais que comungaram com a mesma (NETTO, 2009).

Portanto, cabe destacar que foram realizados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS, seminários para estudo e elaboração de documentos que norteassem a ação profissional dos assistentes sociais. Desta maneira, foram realizados os conhecidos Seminários de Araxá, em Minas Gerais, de Teresópolis, no Rio de Janeiro, de Sumaré, no Rio de Janeiro e do Alto da Boa Vista, também no Rio de Janeiro, respectivamente em 1967, 1970, 1978 e 1984, sendo assim, denominados por terem ocorrido nas cidades de mesmo nome. Surgiram a partir desses seminários documentos que buscavam embasar a prática profissional (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

No período de 1972 a 1975, verificou-se uma experiência empreendida pelo Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais que ficou conhecida como Método BH, isto é, Método Belo Horizonte, o qual, em conformidade com o momento de emersão (NETTO, 2009), da Perspectiva de Intenção de Ruptura, buscou romper com o positivismo e tradicionalismo, até então adotados pelo Serviço Social. No entanto, com o referido Método temos a aproximação com o marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx, como já nos referimos anteriormente. Na transição da década de 1970 a 1980, iniciou-se a base para a construção do novo projeto profissional do Serviço Social, o que na contemporaneidade denomina-se por projeto



ético-político (IBIDEM, 1999), marcado, assim, pela ruptura e crítica ao conservadorismo na profissão.

Em 30 de janeiro de 1975, mais um Código de Ética vem reger o exercício profissional do assistente social, estando, assim, o anterior substituído. Além deste, cabe ressaltar outro marco na história do Serviço Social, que foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o conhecido “Congresso da Virada”, ocorrido em 1979, a partir do qual a categoria mobilizou-se, de forma ativa e política, junto aos movimentos sociais dos trabalhadores.

Destarte, ao chegar ao ano de 1980, o Serviço Social, com a influência da teoria social crítica marxiana, alcança a maturidade da Perspectiva de Intenção de Ruptura (NETTO, 2009) e, com ela, o alcance de uma ação profissional fundamentada por um viés crítico da realidade social, sendo esse período marcado por grandes lutas democráticas, em busca da garantia de direitos e liberdade, tendo estes sido reprimidos duramente no período ditatorial. Além disso, tivemos a aprovação do quarto Código de Ética, em 9 de maio de 1986. Assim, podemos destacar que:

O Serviço Social tem como um de seus objetivos, permanente e irrevogável, o exercício da prática profissional, de tal forma que possamos contribuir para formar a consciência do cidadão, conquistada pela vivência da liberdade, da solidariedade, da participação democrática. (FRITSCH, 1996, p. 139)

Nos termos de Marco (2000, p. 160), o que foi verificado na década de 1990 consistiu no “[...] esvaziamento das funções públicas do Estado, através de um processo de sucateamento do que é público [...]”, o que “pôs em xeque” os direitos sociais conquistados em tempos tão recentes, estando esses presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual foi fruto de um período de lutas intensas dos movimentos populares em prol da redemocratização brasileira, durante a década de 1980.

No entanto, cabe destacar também, que a década de 1980, foi marcada por uma crise social e econômica que, segundo Raichelis (apud MOTA, 2009), foi uma crise sem precedentes, marcada pelo agravamento das expressões da questão social, e intensificada, ainda mais, na década de 1990, tendo em vista o processo de reorganização do capitalismo em escala mundial. Entretanto, o que se observa é uma tentativa desenfreada do capital, e do modelo de ideologia e práticas estatais

adotadas, de enfraquecer o sistema de garantia e proteção dos direitos da sociedade. Assim, cabe destacar que, segundo Behring (apud MOTA, 2009), o que houve no Brasil foi uma chegada tardia da política e ideologia neoliberal, tendo em vista o momento de efervescência aqui vivenciado na década de 1980.

Na conjuntura da década de 1990, tivemos a instituição do atual Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 13 de março de 1993 (BRASIL, 2011), que rege este profissional e sela o compromisso da categoria com a liberdade, democracia, cidadania e justiça. Neste mesmo ano houve também a aprovação da atual Lei que regulamenta a profissão, Lei de nº 8.662, de 7 de junho de 1993.

A década de 1990 também foi o terreno para a realização da Reforma Curricular promovida pela ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (antiga ABESS), nas seguintes assembleias ocorridas no Brasil: Londrina/1993, Recife/1995 e Rio de Janeiro/1996. Reforma essa que propôs a revisão do currículo mínimo para a formação profissional elaborado em 1982. Destaca-se que foi na assembleia geral extraordinária, de 08 de novembro de 1996, ocorrida no Rio de Janeiro, que houve a formulação das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, com base no novo currículo mínimo aprovado nessa assembleia.

A referida Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão, o atual Código de Ética de 1993 e a Proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social (ABESS/CEDEPSS, 1996) são, justamente, os instrumentos legais que materializam o Projeto Ético-Político do Serviço Social, o qual

[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da *liberdade* como valor central — a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, *este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.* (NETTO apud MOTA, 2009, p. 155, grifo do autor)

Desta forma, faz-se saber que o supracitado projeto ético-político, essencial à atuação dos assistentes sociais, originou-se, a partir da necessidade de orientar um fazer profissional baseado na criticidade do real, de modo a propor uma ação transformadora, isto é, uma práxis. De modo a combater as práticas conservadoras

e burocráticas da sociedade, a qual se apresenta em sua totalidade de forma complexa e contraditória.

A profissão de Serviço Social define-se, segundo Sarmiento (2000, p. 98), como “resultante das relações sociais” e como “atividade prática mediadora no seio da prática social” tendo como principal objeto de atuação a questão social, a qual, tendo nascido com o alvorecer do processo de industrialização no país pode ser definida “como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social” (IAMAMOTO, 2009b, p. 27). E como afirma Fritsch (1996, p. 141), “A existência de problemas sociais justifica e legitima nossa prática profissional.”, logo esta é expressa no cotidiano real das relações sociais, no qual se encontra em ação o profissional de Serviço Social. Para tanto, cabe mencionar a afirmação dessa discussão nos dizeres de lamamoto (2009b, p. 150-151, grifo da autora)

*[...] a prática profissional [...] adquire inteligibilidade e sentido na história da sociedade da qual é parte e expressão. Assim, desvendar a prática profissional cotidiana supõe inseri-la no quadro das relações sociais fundamentais da sociedade, ou seja, entendê-la no jogo tenso das relações entre as classes sociais, suas frações e das relações destas com o Estado brasileiro.*

Diante das novas demandas postas ao Serviço Social na contemporaneidade, cabe destacar a execução e o gerenciamento de políticas sociais, tanto no âmbito governamental, quanto no não-governamental, isto é, no terceiro setor. Portanto, cabe situar aqui a essencialidade de articulação política do profissional, para que, assim, os procedimentos de encaminhamentos técnico-operativos sejam mais facilmente realizados. Essa articulação dá-se com os diversos segmentos, como as instituições, comunidade em geral, profissionais da sua área e das demais, além da academia.

Desta forma, é de suma relevância que haja uma formação contínua do assistente social para um aperfeiçoamento de suas competências, as quais devem estar comprometidas de forma especial com um dos princípios fundamentais do seu Código de Ética de 1993: “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 130). Isto é, em conformidade com o citado Código de Ética, o profissional de Serviço Social deve lutar pela garantia dos direitos sociais e para que estes não sejam violados, lutar por uma nova

sociabilidade, onde haja uma efetiva igualdade entre os seres, onde estes sejam sujeitos da história, e não se sujeitem.

Diante disto, verifica-se o quão se faz necessário para os assistentes sociais apreender as competências supracitadas, pois embasados de uma perspectiva teórica crítico-dialética terão maiores possibilidades de concretizar o que propõe a profissão. Assim, o Código de Ética, em seu artigo 2º, e sua alínea f, preconiza o aprimoramento profissional de forma contínua.

E desta maneira como referimos antes, a conjuntura dos anos de 1990 traz o neoliberalismo como terreno para muitas modificações, a exemplo do surgimento do terceiro setor, o qual será visto com mais afinco nos escritos subsequentes.

## **2 NEOLIBERALISMO E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES SOCIAIS**

Tomamos como referência de análise aqui o neoliberalismo no Brasil, a partir da década de 1990, por ser este o período de grande incidência do profissional de serviço social no terceiro setor, fruto da política neoliberal adotada. Mas, para uma maior compreensão, cabe assinalar que sua primeira adoção, em nível internacional, deu-se na Inglaterra e nos Estados Unidos da América – EUA, o que resultou em recessão e desemprego. O mesmo se constitui como um novo modelo de acumulação que surge em resposta à crise estrutural do capital, assim, busca desqualificar os direitos sociais conquistados, através de intensas lutas da classe trabalhadora, nas quais se encontrava, como parte integrante, a categoria dos assistentes sociais. Acerca dessa crise, pode-se pontuar o que afirma Antunes (2009, p. 33):

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, [...] a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho [...]

No Brasil, essa “onda” de implantação da política neoliberal foi iniciada pelo governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992); porém só veio a ser consolidada no governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002).

A referida política caracteriza-se por instalar o desmonte do aparelho do Estado, com a privatização do setor público, a informalização do trabalho, o subemprego, o desemprego e a desproteção trabalhista, o que gerou, segundo Soares (2009), uma “nova” pobreza. A presente reforma do Estado, como já nos referimos anteriormente, surge em resposta à necessidade de expansão do capital (GIAQUETO, 2006). Assim, aplica a focalização e seletividade como características das políticas sociais, as quais têm seus investimentos cada vez mais reduzidos pelo Estado, o que desencadeou na transferência de responsabilidades do Estado à sociedade civil, tendo esta que arcar com as mazelas que lhe são atingidas, isto é, as expressões da questão social, as quais se encontram latentes em meio à “trama” das relações sociais na sociedade capitalista contemporânea.

Diante desse quadro, tivemos no Brasil a emergência do terceiro setor, o qual se constitui como um novo campo de atuação profissional do assistente social, sendo essencial, assim, o aprofundamento teórico, acerca dessa temática. Portanto, sequenciaremos aos estudos deste espaço sócio-ocupacional, a inserção da supracitada categoria profissional e seus desdobramentos no mesmo.

## **2.1 O Serviço Social no Terceiro Setor**

Ao se pensar o Serviço Social na contemporaneidade, faz-se como imprescindível apreender que sua existência está intimamente ligada à sociedade de classes, onde a luta entre a classe trabalhadora e a classe dominante se constitui a base do capitalismo, cabendo à categoria profissional dos assistentes sociais aderir à contra-hegemonia, num processo de luta pela liberdade, equidade e justiça social.

Para se chegar a essa compreensão, faz-se necessário situar as transformações societárias ocorridas ao longo da história do Serviço Social, no mundo e, em especial, no Brasil. Assim sendo, cabe destacar a importante contribuição de Yamamoto (1999, p. 119), quando afirma:

Entender as alterações nos processos e relações de trabalho, em que os assistentes sociais brasileiros encontram-se envolvidos, supõe considerar como as transformações societárias [...] estão incidindo sobre o Estado, as empresas, as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos no campo dos serviços sociais e os movimentos sociais. Profundas alterações incidem

sobre a *base organizacional do trabalho profissional*. (IBIDEM, 1999, p. 119, grifo da autora).

Desta forma, torna-se essencial situar o campo de atuação profissional aqui abordado, isto é, o terceiro setor, sendo este definido como:

[...] espaço situado ao lado do Estado (público) e Mercado (privado), no qual são incluídas entidades de natureza distinta como ONGs, fundações empresariais, instituições filantrópicas e atividades do voluntariado. Consideram-se entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (privada e pública). O “terceiro setor” é considerado um setor “não-governamental”, “não-lucrativo” e “esfera pública não-estatal” materializado pelo conjunto de “organizações da sociedade civil consideradas de interesse público”. (ALENCAR, 2009, p. 8).

Este recente espaço sócio-ocupacional intensifica-se no Brasil na década de 1990, junto à redefinição do papel do Estado — conforme o estabelecido pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado - PDRE, elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado – MARE na gerência do ministro Luis Carlos Bresser Pereira, em 1995 (BRASIL, 1995) — a sua desresponsabilização na garantia dos direitos sociais, por meio das políticas sociais, e às privatizações inerentes às práticas neoliberais empreendidas pelo governo de FHC (MONTÃO, 2012), o que provocou mudanças na divisão social e técnica do trabalho, com implicações diretas ao Serviço Social, sendo necessário, assim, novas competências e habilidades ao profissional.

O referido Plano Diretor orienta a criação de organizações públicas não-estatais, estas constituintes do terceiro setor, como forma de reduzir a atuação do Estado como gestor de políticas públicas, sendo esse processo denominado de “publicização”, em outras palavras, privatização dos serviços sociais (IAMAMOTO, 1999). Desta maneira, cabe salientar que a política neoliberal do governo FHC expressa um discurso funcional à ordem societária vigente, estando este focado, segundo Correia,

[...] na busca das parcerias com a sociedade para enfrentar os problemas sociais solidariamente, controlando os gastos que deveriam ser mínimos, racionalizados e eficazes, repassando serviços para um “terceiro setor” que estaria além do Estado e do mercado [...] (CORREIA apud MOTA, 2009, p. 129)

É preciso compreender, assim, a função do Estado burguês como interventor nas “[...] desigualdades sociais para evitar que estas se traduzam em lutas políticas desestabilizadoras da ordem social e política.” (ABREU, 1999, p. 36). E a sua

configuração na cena contemporânea, tendo em vista que a forma de Estado que se apresenta na atualidade é a do Estado Mínimo, resultante da adesão à proposta neoliberal, na qual se vê que “[...] o governo transfere [...] responsabilidades para a sociedade civil solucionar ou amenizar os impactos da [...] questão social.” (ARCOVERDE, 1999, p.83). Portanto, é nesse “palco” que se encontra o assistente social, como interventor no processo de reprodução das relações sociais, inserido num espaço conflituoso, porém característico da ordem societária em vigor.

E a esse profissional cabe o papel de interpretar as expressões da questão social, de atualizar-se frente às demandas que lhe são postas, de forma a realizar uma constante reatualização e reconstrução do seu agir profissional em conformidade com o projeto profissional assumido de forma hegemônica pela categoria.

Dessa forma, para que haja uma real efetivação do trabalho do profissional de Serviço Social no âmbito do terceiro setor, lhe são exigidas competências, bem como a gestão de programas sociais, o que implica no desenvolvimento de conhecimento acerca do planejamento, da formulação e avaliação de políticas sociais. E, como afirma Alencar (2009, p. 13), “[...] há uma grande tendência de crescimento das funções socioinstitucionais do serviço social para o plano da gerência de programas sociais [...]”, o que exige do profissional conhecimentos e saberes diversos, bem como o conhecimento de orçamento público, de gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais, das legislações sociais, da realização de planejamentos, pesquisas, diagnósticos sociais e conhecimento técnico dos indicadores sociais, de captação de recursos e das demais informações acerca da conjuntura das relações sociais que envolvem os usuários das políticas executadas pelos assistentes sociais. Tendo em vista que as demandas que se apresentam ao assistente social, — de forma significativa, no terceiro setor, — são cada vez mais complexas e necessitadas de uma competente intervenção crítica sobre o mesmo (YAZBEK, 1999).

Verifica-se assim também, que a inserção e atuação do assistente social no terceiro setor não é sem consequências, mas como bem afirma Alencar (2009, p. 12),

[...] com a tendência de redução do Estado, tem-se a diminuição do espaço profissional do assistente social mediante os processos de diminuição das despesas estatais na órbita da esfera social, acarretando a racionalização

dos gastos sociais com as políticas sociais, com implicações nos postos de trabalho para o assistente social na esfera pública, com a diminuição de demandas, sucateamento do aparato organizacional e institucional, a precarização das condições de trabalho, principalmente em face do perigo da terceirização.

Dessa maneira, pode-se mencionar que a própria categoria vê-se vitimizada na “trama” do capital, ao considerar que os postos de trabalho são restritos e, quando existentes, por vezes precários, apresentam condições e relações de trabalho condizentes com a manutenção da ordem societária vigente. Portanto, é o próprio assistente social posto, desde sua gênese, num âmbito conflituoso, fruto da relação capital-trabalho, não sendo assim, esse movimento contraditório, característica apenas do âmbito do terceiro setor, mas do próprio Serviço Social e de seus demais espaços ocupacionais, bem como da sociedade do capital, âmbito de origem e atuação da referida profissão.

Logo, pode-se inferir que ao profissional de Serviço Social há uma exigência de instrumentos teóricos, para que, com esse aparato teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, possa identificar as demandas e dar prioridade às ações planejadas. Outra questão relevante são os instrumentais técnicos utilizados na ação profissional que são essenciais a uma atuação eficaz. Dentre eles, pode-se destacar a abordagem e o plantão social, a entrevista, a reunião, a visita domiciliar, a observação, o estudo, o laudo e a perícia social, o relatório, o acompanhamento e a ficha de cadastro. Desta forma, subtende-se que:

A utilização dos instrumentais no cotidiano da prática profissional é um fator preponderante para o assistente social. Como todos os profissionais têm seus instrumentos de trabalho, e sendo o assistente social um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, necessita de bases teóricas, metodológicas, técnicas e ético-políticas necessárias para o seu exercício profissional. Os instrumentais técnico-operativos são como um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. (MARTINELLI; KOUMROUYAN, 1994, p. 137)

Portanto, para compreender a intervenção do assistente social nesse setor é imprescindível a apreensão da sua natureza pública. Conforme afirma Sales (1999), os instrumentais teóricos e técnico-operativos por ele utilizados, de forma a objetivar uma ação profissional crítica e transformadora que entenda o real em seu movimento dialético, possibilita uma análise da sua totalidade, com vistas à transformação social, tendo em vista que esse profissional atua numa ação coletiva, a partir das necessidades e possibilidades da sociedade em curso. Essa categoria,



apenas, não pode ser considerada responsável pela mudança da realidade social, mas em junção a toda classe trabalhadora, deve buscar de forma incessante a instauração de uma nova ordem societária, onde haja igualdade de direitos e justiça social, para que todos os sujeitos sejam verdadeiramente emancipados humanamente, como afirmou Marx em seus escritos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões aqui empreendidas, ainda que de forma preliminar, buscaram analisar o exercício profissional do assistente social no âmbito do terceiro setor, sendo assim compreendida como uma relevante temática, no que se refere à sua atualidade, bem como sua utilidade teórico-prática, tendo em vista a constante necessidade de capacitação por parte da referida categoria profissional, com vistas a uma atuação de qualidade, esta compreendida, neste estudo, como peculiaridade de uma ação baseada num arcabouço teórico-metodológico.

Vimos que, cabe à categoria profissional buscar o aprofundamento histórico, teórico, político, ético e técnico-operativo para, assim, por em prática o seu projeto ético-político, o que se configura como uma atividade desafiadora aos profissionais de Serviço Social, tendo em vista que este projeto propõe uma efetiva ação revolucionadora do real cotidiano em sua concretude, ao prezar pela construção de uma nova ordem societária, o que não depende em sua integridade apenas da referida categoria, mas de toda a classe trabalhadora. Pois, ao se conceber o terceiro setor como um campo, mesmo que recente, de atuação do assistente social, cabe salientar que este enfrenta obstáculos consideráveis em sua ação, bem como nos resultados desta, os quais são limitados, tendo em vista sua existência na sociedade capitalista, a qual se apresenta como limitadora de ações mais efetivas no que concerne à busca da emancipação do ser humano.

Por isso, reafirmamos que a necessidade de uma concepção crítica das relações sociais faz-se como imprescindível ao assistente social, tendo em vista que esse profissional, como atuante em diversos âmbitos, em especial, o tratado aqui, isto é, o terceiro setor, já apresenta uma característica desafiadora, ao considerar as

contradições inerentes ao referido campo sócio-ocupacional, o qual, em meio à sociedade do capital e de natureza neoliberal, apresenta limites ao exercício profissional, bem como possibilidades. Cabe, portanto, à categoria e a toda sociedade, de forma conjunta, lutar por uma sociedade onde os direitos sociais, civis, políticos e humanos sejam, de fato, efetivados, onde a justiça, a liberdade e a equidade sejam tratadas como prioridade.

Logo, almejamos que o presente estudo possa auxiliar como subsídio teórico à ação profissional da categoria dos assistentes sociais e, de forma especial, à parcela desta que atua no terceiro setor, tendo em vista os desafios e contradições presentes nesse campo de atuação e inerentes ao Serviço Social, suscitando, assim, novos questionamentos e estudos, acerca da temática aqui proposta, tendo em vista sua atualidade e pertinência à formação e atuação profissional.

## REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 50, p. 143-171, 1996.

ABREU, Haroldo Baptista de. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil. In: **Capacitação em serviço social e política social**: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: UnB/CEAD, 1999. p. 33-44.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia**: das origens à Araxá. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. p. 1-14. Disponível em:

<[http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/12894/11251/4.6 O trabalho do assistente social nas organizacoes privadas nao lucrativas.pdf](http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/12894/11251/4.6_O_trabalho_do_assistente_social_nas_organizacoes_privadas_nao_lucrativas.pdf)>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2014.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a Temática da “Sistematização da Prática” em Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete [et al] (orgs.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez. 2009. p. 399-408.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Questão social no Brasil e Serviço Social. In: **Capacitação em serviço social e política social**: Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: UnB/CEAD, 1999. p. 73-86.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Brasília: CFESS; São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, Ana Elizabete [et al] (orgs.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez. 2009. p. 13-39.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Controle Social na Saúde. In: MOTA, Ana Elizabete [et al] (orgs.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez. 2009. p. 111-138.

FRITSCH, Rosângela. Planejamento estratégico: instrumental para a intervenção do Serviço Social? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 52, p. 127-144, 1996.

GIAQUETO, Adriana. Políticas Sociais no Brasil: espaço para reprodução social ou expansão dos direitos sociais? **Serviço Social e Realidade**, Franca, SP, v. 15, n. 1, p. 31-45, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009a. p. 15-50.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009c. p. 341-375.

\_\_\_\_\_. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: **Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: UnB/CEAD, 1999. p. 111-128.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 29. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

JUNQUEIRA, Helena Iracy. Quase duas décadas de reconceituação do Serviço Social: uma abordagem crítica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 4, p. 1-38, 1980.

MARCO, Patrícia Souza de. Orçamento participativo: locus do fazer político-pedagógico. In: **Capacitação em serviço social e política social: Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: UnB/CEAD, 2000. p. 151-161.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 45, p. 137-141, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”**. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8\\_carlos\\_montano.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf)>. Acesso em: 18 de junho de 2012.

MOTA, Ana Elizabete [et al] (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez. 2009. p. 73-87.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete [et al] (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez. 2009. p. 141-160.

\_\_\_\_\_. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: UnB/CEAD, 1999. p. 91-109.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. De ABESS a ABEPSS: crise, transição e conquistas. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 11, n. 22, p. 15-26, jul./dez. 2011.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a Gestão das Políticas Sociais – Um Desafio a ser Enfrentado pela Sociedade Civil. In: MOTA, Ana Elizabete [et al] (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez. 2009. p. 73-87.

SALES, Mione Apolinário. Questão social e defesa de direitos no horizonte da ética profissional. In: **Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Brasília: UnB/CEAD, 1999. p. 137-152.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais. . In: **Capacitação em serviço social e política social: Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: UnB/CEAD, 2000. p. 95-110.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 11-22.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: **Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Brasília: UnB/CEAD, 1999. p. 87-99.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: **Capacitação em serviço social e política social**: Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB/CEAD, 2000. p. 19-34.